

Resolução Arpe nº 181, de 17 de março de 2021.

Estabelece no período de 18 a 28 de março de 2021 a adoção de medidas temporárias para enfrentamento da pandemia do Corona Vírus (COVID-19), no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - Arpe.

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - Arpe, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 12.524 de 30 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 30.200 de 09 de fevereiro de 2007;

Considerando o Decreto Estadual de nº 50.433, de 15 de março de 2021, que estabelece novas medidas restritivas em relação a atividades sociais e econômicas, no período de 18 a 28 de março de 2021, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

Considerando a necessidade de estabelecer, no âmbito da Agência de Regulação do Estado de Pernambuco - Arpe a adoção de medidas temporárias para enfrentamento da pandemia do Corona Vírus (COVID-19), bem como a necessidade de prevenir o contágio e a propagação do vírus entre os servidores e demais segmentos da sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, em caráter excepcional, pelo período de 18 a 28 de março de 2021, o atendimento presencial no edifício sede localizado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, Aflitos, Recife – PE, CEP 52.050-020.

Art. 2º. Estabelecer que, no período de 18 a 28 de março de 2021, excepcionalmente, o expediente da Arpe ocorrerá em trabalho remoto para todos os servidores efetivos ou detentores de cargo em comissão.

Art. 3º. Suspender por igual período, em consonância com o Decreto Estadual de nº 50.433, de 15 de março de 2021, os prazos inerentes às atividades desta Agência de Regulação a saber:

I - Dos Procedimentos Administrativos de Fiscalização constantes na Resolução Arpe nº 83, de 30 de julho de 2013;

II - Dos Procedimentos para Monitoramento e Fiscalização dos serviços pactuados com Entidades Privadas sem fins econômicos, qualificadas no Sistema Integrado de Prestação de Atividades Públicas Não-Exclusivas do Estado de Pernambuco conforme Resolução Arpe nº 067/2010 (Antiga Resolução Arpe nº 005, de 15 de dezembro de 2010, renumerada pela Resolução Arpe nº 082/2013);

III - Dos Processos Administrativos em trâmite conforme a Lei Estadual nº 11.781/2000;

Art. 4º. Os casos omissos serão devidamente resolvidos pela diretoria colegiada da Arpe.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 17 de março de 2021.

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO

Diretor-Presidente

CARLOS PORTO DE BARROS FILHO

Diretor Administrativo Financeiro

JULIANA DIAS MEDICIS

Diretora de Regulação Técnico-Operacional

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA

Diretor de Regulação Econômico-Financeira